

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/17340	26189/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CE/08/26/DCP- Serviços de Manutenção dos Edifícios Escolares		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Ratificação da decisão de adjudicação

Submete-se à ratificação do Executivo Municipal a decisão de autorização da despesa, de adjudicação e de aprovação da minuta do contrato, tomada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal em 07 de maio de 2026, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar os projetos, programas de procedimento, cadernos de encargos, bem como a adjudicação de empreitadas e a aquisição de bens e serviços, sempre que lhe caiba a autorização da respetiva despesa.

De acordo com o disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, constitui competência municipal assegurar a realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em todos os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública.

Com o objetivo de agilizar e reforçar a capacidade de resposta às necessidades das Escolas Básicas dos 2.º e 3.º ciclos e das Escolas Secundárias, o Município de Braga pretende assegurar a prestação de serviços de manutenção e reparação dos respetivos edifícios escolares, mediante a contratualização desses serviços com a empresa municipal Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., entidade que dispõe dos meios técnicos, humanos e operacionais adequados para o efeito.

Os serviços a contratualizar abrangem a realização de tarefas de manutenção e reparação em estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, ficando excluídas as escolas cuja intervenção se encontra atribuída à Construção Pública, E.P.E.



A presente necessidade resulta, em particular, do aumento do número de estabelecimentos de ensino sob responsabilidade do Município de Braga, o que exige uma resposta célere, eficaz e contínua, salvaguardando simultaneamente a qualidade do serviço prestado.

A urgência da decisão decorreu da necessidade de proceder à adjudicação com a maior brevidade possível, atenta a natureza urgente e indispensável dos serviços em causa para assegurar o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

